

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

TEACHER TRAINING FOR INCLUSION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES
IN PEDAGOGICAL PRACTICE

Ciências Humanas • 02/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/780384554](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/780384554)

Antonio Francisco Feitor¹

Alissandra Carvalho Santos²

Francisca Claudia Oliveira de Sousa³

Oscar Ferreira da Silva Netto⁴

Ionice Zucolar⁵

Juliana Rodrigues Alves⁶

RESUMO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais fundamentos das políticas educacionais contemporâneas voltadas à garantia dos direitos humanos, da equidade e da democratização do acesso ao conhecimento. No contexto brasileiro, embora os avanços legais representem importantes conquistas no campo da inclusão escolar, ainda persistem desafios significativos relacionados à formação docente, à implementação de práticas pedagógicas acessíveis e à construção de culturas escolares efetivamente inclusivas. Nesse cenário, a formação de professores assume papel central na consolidação de uma educação capaz de reconhecer e valorizar a diversidade humana, superando práticas excludentes historicamente presentes nas instituições escolares. O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios e as perspectivas da formação docente para a educação inclusiva, destacando a importância da formação inicial e continuada na construção de práticas pedagógicas acessíveis, flexíveis e equitativas. Busca-se compreender como os referenciais teóricos e metodológicos contemporâneos podem contribuir para a atuação do professor diante da diversidade presente nas salas de aula, bem como identificar lacunas existentes na preparação profissional para o trabalho com estudantes público-alvo da educação especial. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental de legislações, políticas públicas e produções acadêmicas relacionadas à educação inclusiva e à formação docente. O trabalho dialoga com referenciais teóricos da educação especial na perspectiva inclusiva, da pedagogia crítica e das abordagens contemporâneas de acessibilidade curricular, incluindo o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), as metodologias ativas e a tecnologia assistiva. Além disso, incorpora reflexões

produzidas no âmbito do Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Educação Matemática (GPEEM), contribuindo para a articulação entre teoria, prática pedagógica e realidade escolar. Os resultados esperados apontam para a necessidade de fortalecimento da formação docente como elemento indispensável à efetivação da inclusão escolar. Entre as principais contribuições do estudo destacam-se a identificação das barreiras pedagógicas e atitudinais que dificultam a consolidação de práticas inclusivas, a defesa de uma formação continuada articulada às demandas reais da escola e a valorização de estratégias pedagógicas colaborativas e acessíveis. Evidencia-se ainda que a inclusão não depende exclusivamente de recursos técnicos ou tecnológicos, mas também de mudanças culturais e éticas capazes de transformar a concepção tradicional de ensino. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva exige investimento contínuo na formação docente, revisão das práticas institucionais e fortalecimento de políticas públicas comprometidas com a equidade educacional. A relevância desta proposta reside na contribuição para o debate acadêmico e pedagógico acerca da construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

Palavras-chave: Formação docente; Educação inclusiva; Prática pedagógica; Diversidade; Acessibilidade educacional.

ABSTRACT

Inclusive education has become, in recent decades, one of the main foundations of contemporary educational policies aimed at guaranteeing human rights, equity, and the democratization of access to knowledge. In the Brazilian context, although legal advances represent important achievements in the field of school inclusion, significant challenges still persist regarding teacher

education, the implementation of accessible pedagogical practices, and the construction of genuinely inclusive school cultures. In this scenario, teacher education plays a central role in consolidating an educational system capable of recognizing and valuing human diversity, overcoming historically exclusionary practices present in educational institutions. This study aims to analyze the challenges and perspectives of teacher education for inclusive education, highlighting the importance of both initial and continuing teacher training in the development of accessible, flexible, and equitable pedagogical practices. It seeks to understand how contemporary theoretical and methodological frameworks can contribute to teachers' performance in addressing the diversity present in classrooms, as well as to identify existing gaps in professional preparation for working with students who are the target audience of special education. The research is characterized as a qualitative study, based on a bibliographic review and documentary analysis of legislation, public policies, and academic productions related to inclusive education and teacher education. The study engages with theoretical frameworks from special education within the inclusive perspective, critical pedagogy, and contemporary approaches to curricular accessibility, including Universal Design for Learning (UDL), active methodologies, and assistive technology. In addition, it incorporates reflections developed within the Research Group on Special Education and Mathematics Education (GPEEM), contributing to the articulation between theory, pedagogical practice, and school reality. The expected results point to the need to strengthen teacher education as an indispensable element for the effective implementation of school inclusion. Among the study's main contributions are the identification of pedagogical and attitudinal barriers that hinder the consolidation of inclusive practices, the defense of continuing education aligned with the real

demands of schools, and the appreciation of collaborative and accessible pedagogical strategies. It is also evident that inclusion does not depend exclusively on technical or technological resources, but also on cultural and ethical changes capable of transforming the traditional conception of teaching. It is concluded that the effective implementation of inclusive education requires continuous investment in teacher education, the revision of institutional practices, and the strengthening of public policies committed to educational equity. The relevance of this proposal lies in its contribution to the academic and pedagogical debate on the construction of a truly inclusive school, capable of guaranteeing not only access, but also permanence, participation, and the full development of all students.

Keywords: Teacher training; Inclusive education; Pedagogical practice; Diversity; Educational accessibility.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como uma das principais diretrizes das políticas educacionais contemporâneas, fundamentada nos princípios da equidade, da justiça social e da garantia dos direitos humanos. Nesse contexto, a escola passa a assumir a responsabilidade de assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sensoriais, sociais, culturais ou linguísticas. Tal perspectiva representa uma ruptura com modelos históricos de exclusão e segregação que, durante muito tempo, afastaram pessoas com deficiência dos espaços escolares e das oportunidades de desenvolvimento social e intelectual.

No Brasil, a consolidação da educação inclusiva foi impulsionada por importantes marcos legais e normativos, entre os quais se destacam a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), a Declaração de Salamanca (1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Estes documentos reafirmam o direito à educação para todos e defendem a construção de sistemas educacionais capazes de reconhecer e valorizar a diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo.

Entretanto, apesar dos avanços legais na educação inclusiva, ainda persistem desafios nas instituições de ensino, como a insuficiência de recursos acessíveis, barreiras arquitetônicas e fragilidades na formação continuada. Além disso, muitos docentes concluem sua formação inicial sem preparo adequado para atuar em contextos inclusivos, limitando a construção de práticas pedagógicas equitativas e acessíveis.

Nesse cenário, a formação docente emerge como elemento central para a consolidação da educação inclusiva. Mais do que conhecimentos técnicos sobre deficiência ou adaptações curriculares, torna-se necessário que os professores desenvolvam competências pedagógicas, éticas e relacionais capazes de favorecer a participação ativa de todos os estudantes no processo de ensino e aprendizagem. Isso implica repensar metodologias, formas de avaliação, planejamento curricular e organização do ambiente escolar, considerando as singularidades e potencialidades de cada sujeito.

Além disso, abordagens contemporâneas como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), as metodologias ativas e a tecnologia

assistiva têm ampliado as possibilidades de construção de práticas pedagógicas mais acessíveis e inclusivas. Essas perspectivas defendem a flexibilização curricular e a oferta de múltiplas formas de ensino, aprendizagem e participação, contribuindo para a eliminação de barreiras educacionais historicamente presentes na escola tradicional.

Dessa forma, compreender os desafios e as perspectivas da formação docente para a educação inclusiva torna-se fundamental para a construção de práticas educacionais comprometidas com a democratização do ensino e com o pleno desenvolvimento humano. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da formação inicial e continuada dos professores na efetivação da inclusão escolar, discutindo os principais desafios enfrentados pelos docentes e refletindo sobre estratégias pedagógicas e institucionais que favoreçam a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões acerca da formação docente voltada à inclusão, considerando que a qualidade do processo educativo depende diretamente da preparação dos professores para lidar com a diversidade presente no ambiente escolar. Embora existam avanços nas políticas públicas inclusivas, ainda se observam lacunas entre as determinações legais e a realidade vivenciada nas escolas, evidenciando a necessidade de estudos que contribuam para a reflexão crítica e para a transformação das práticas pedagógicas. Nesse sentido, o estudo busca oferecer contribuições teóricas ao aprofundar os debates sobre educação inclusiva, formação docente e práticas pedagógicas acessíveis, dialogando com autores e referenciais contemporâneos da área.

Do ponto de vista prático, a pesquisa pretende colaborar para o fortalecimento de práticas educativas mais inclusivas, fornecendo subsídios para professores, gestores e instituições de ensino na elaboração de estratégias pedagógicas que promovam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Além disso, o estudo poderá contribuir para a formulação e aprimoramento de políticas de formação inicial e continuada, favorecendo a construção de ambientes escolares mais democráticos, acolhedores e comprometidos com a valorização das diferenças humanas.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental acerca da formação docente e da educação inclusiva. O estudo baseia-se em legislações, políticas públicas e referenciais teóricos relacionados à inclusão escolar, além de discussões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Educação Matemática (GPEEM/UFPA).

Por fim, este estudo busca fortalecer o debate acadêmico sobre inclusão escolar e valorização da formação docente, defendendo uma escola que reconheça as diferenças como possibilidades legítimas de aprendizagem, participação e desenvolvimento coletivo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A fundamentação teórica da formação docente para a educação inclusiva organiza-se em três dimensões centrais: o percurso histórico-normativo, a função social da escola e as abordagens pedagógicas inclusivas. Esses eixos sustentam práticas educacionais

voltadas à equidade, acessibilidade e garantia do direito universal à aprendizagem.



Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

2.1. O Paradigma Histórico e os Marcos Legais da Educação Inclusiva

A educação inclusiva no Brasil constitui resultado de um longo processo histórico de transformação das concepções sociais sobre deficiência e escolarização. Historicamente, a trajetória da educação especial pode ser compreendida em três fases distintas: exclusão, segregação e inclusão. Durante séculos, pessoas com deficiência permaneceram afastadas dos espaços escolares formais, sendo consideradas incapazes de aprender ou participar da vida social de maneira autônoma. Posteriormente, surgiram instituições especializadas que, embora representassem um avanço em relação à exclusão absoluta, consolidaram práticas segregacionistas ao separar estudantes com deficiência do ensino comum.

A partir da década de 1990, influenciado por movimentos internacionais de defesa dos direitos humanos, o Brasil passou a adotar progressivamente o paradigma inclusivo. Nesse contexto, destaca-se a Declaração de Salamanca, elaborada pela UNESCO em 1994, documento que estabeleceu a educação inclusiva como princípio orientador das políticas educacionais contemporâneas ao defender que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de suas diferenças físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou culturais.

No âmbito nacional, a consolidação desse paradigma ocorreu mediante importantes marcos legais. A Constituição Federal de 1988 assegurou a educação como direito de todos e dever do Estado, estabelecendo, em seus artigos 205 e 208, a garantia do atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) fortaleceu os princípios inclusivos ao reconhecer a educação especial como modalidade

transversal destinada aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Outro marco fundamental foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008, que redefiniu a organização da educação especial no país. Essa política estabeleceu o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço complementar ou suplementar ao ensino comum, visando eliminar barreiras que dificultam a participação e a aprendizagem dos estudantes. Tal perspectiva desloca a responsabilidade da adaptação exclusivamente do aluno para a reorganização das práticas pedagógicas e institucionais da escola.

Dessa forma, o paradigma inclusivo rompe com modelos assistencialistas e medicalizantes da deficiência, compreendendo que as barreiras à aprendizagem muitas vezes são produzidas socialmente pelas próprias estruturas escolares e pelas limitações das práticas pedagógicas tradicionais.

2.2. A Função Social da Escola e a Construção da Cultura Inclusiva

Do ponto de vista sociológico e educacional, a educação inclusiva exige uma profunda redefinição da função social da escola. A instituição escolar deixa de ser compreendida apenas como espaço de transmissão de conteúdos e passa a assumir o compromisso ético de formação integral dos sujeitos, promovendo cidadania, autonomia, participação social e valorização da diversidade humana.

Nesse contexto, a inclusão não pode ser reduzida ao simples acesso físico de estudantes com deficiência à escola regular. O princípio inclusivo implica a construção de uma cultura institucional capaz de reconhecer as diferenças como elementos constitutivos da

experiência humana e não como obstáculos à aprendizagem. Assim, a diversidade deixa de ser vista sob uma perspectiva deficitária e passa a representar uma possibilidade de enriquecimento coletivo das relações pedagógicas e sociais.

A teoria inclusiva fundamenta-se na compreensão de que todos os estudantes possuem potencialidades de aprendizagem, ainda que expressem diferentes ritmos, linguagens, formas de interação e modos de construção do conhecimento. Conseqüentemente, a escola inclusiva deve organizar-se para garantir equidade de oportunidades, acessibilidade curricular e participação efetiva de todos os alunos nas atividades escolares.

Entretanto, a consolidação dessa cultura inclusiva enfrenta desafios significativos. Muitas instituições ainda reproduzem práticas excludentes marcadas por currículos rígidos, avaliações padronizadas e concepções homogeneizadoras de ensino. Além disso, persistem barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais que limitam a participação plena dos estudantes com deficiência.

Sob essa perspectiva, a função social da escola inclusiva exige não apenas mudanças estruturais, mas também transformações éticas e culturais capazes de promover o respeito às diferenças, a cooperação e a valorização da pluralidade humana. A inclusão, portanto, constitui um projeto político-pedagógico fundamentado na democratização do acesso ao conhecimento e na defesa dos direitos educacionais de todos os sujeitos.

3. ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A efetivação da educação inclusiva depende diretamente da qualidade da formação inicial e continuada dos professores. Nesse sentido, a literatura educacional aponta que os cursos de licenciatura ainda apresentam fragilidades significativas ao abordar a temática da inclusão de forma fragmentada, frequentemente limitada a disciplinas isoladas sobre educação especial.

Diante dessa realidade, torna-se necessário compreender a formação docente como processo contínuo de construção de competências pedagógicas, éticas e relacionais voltadas à diversidade humana. O professor inclusivo precisa desenvolver conhecimentos teórico-metodológicos que lhe permitam planejar práticas flexíveis, acessíveis e centradas nas necessidades dos estudantes.

Entre as abordagens contemporâneas da educação inclusiva, destaca-se o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe currículos, materiais e estratégias acessíveis desde sua concepção. Essa perspectiva baseia-se em múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, reconhecendo os diferentes modos de aprendizagem dos estudantes.

Princípios do

DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA)



O DUA propõe diferentes caminhos para que todos os estudantes tenham acesso, participem e aprendam.

1. MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES



Apresentar a informação de diferentes formas para atender às necessidades variadas dos estudantes.

Exemplos:

- Textos escritos
- Áudios e podcasts
- Vídeos e animações
- Imagens e infográficos
- Libras e legendas
- Recursos táteis

2. MÚLTIPLAS EXPRESSÕES



Permitir diferentes formas de os estudantes expressarem o que aprenderam.

Exemplos:

- Produções escritas
- Apresentações orais
- Desenhos e mapas
- Vídeos e podcasts
- Projetos e maquetes
- Respostas digitais

3. MÚLTIPLAS FORMAS DE ENGAJAMENTO



Estimular o interesse, a motivação e o envolvimento dos estudantes na aprendizagem.

Exemplos:

- Gamificação
- Escolha de atividades
- Trabalhos colaborativos
- Temas significativos
- Metas pessoais
- Feedback contínuo



OBJETIVO DO DUA:

Remover barreiras, ampliar oportunidades e promover equidade, autonomia e participação de todos os estudantes.



Fonte: Adaptado de CAST (2024); Rose e Meyer (2002).

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) fundamenta-se em três princípios centrais: múltiplas formas de representação, múltiplas formas de expressão e múltiplas formas de engajamento, buscando ampliar as possibilidades de acesso, participação e aprendizagem de todos os estudantes.

Tabela 1 — Princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)

Princípio do DUA	Objetivo Pedagógico	Aplicações na Educação Inclusiva
Múltiplas Formas de Representação	Possibilitar diferentes maneiras de apresentar os conteúdos	Uso de imagens, vídeos, Libras, recursos táteis, áudio, mapas conceituais
Múltiplas Formas de Expressão	Permitir diferentes formas de demonstrar a aprendizagem	Produção oral, escrita, desenho, recursos digitais, atividades práticas
Múltiplas Formas de Engajamento	Estimular motivação e participação ativa dos estudantes	Gamificação, metodologias ativas, escolha de atividades, aprendizagem colaborativa

Fonte: Adaptado de CAST (2024).

Outra abordagem relevante refere-se às metodologias ativas, que valorizam o protagonismo discente e favorecem práticas colaborativas de aprendizagem. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos, rotação por estações, gamificação e ensino híbrido possibilitam maior participação dos estudantes e flexibilização dos processos educativos, contribuindo para ambientes mais inclusivos.

Além disso, a Tecnologia Assistiva ocupa papel fundamental na ampliação da autonomia e das possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência. Recursos como softwares leitores de tela, comunicação alternativa, materiais táteis, audiodescrição, legendagem e tradução em Libras constituem instrumentos

pedagógicos essenciais para garantir acessibilidade e participação efetiva no contexto escolar.

A formação docente inclusiva também exige competências relacionadas ao planejamento colaborativo e ao trabalho interdisciplinar. O professor da sala comum precisa atuar em parceria com profissionais do Atendimento Educacional Especializado, intérpretes, terapeutas, gestores escolares e famílias, construindo estratégias coletivas de acompanhamento pedagógico dos estudantes.

4. A DIMENSÃO ATITUDINAL E A PERSPECTIVA COLABORATIVA DA INCLUSÃO

Embora as políticas públicas e os recursos pedagógicos sejam fundamentais, diversos estudos apontam que as maiores barreiras à inclusão ainda são de natureza atitudinal. Preconceitos, estigmas, resistência às diferenças e baixas expectativas em relação à aprendizagem de estudantes com deficiência comprometem significativamente a efetividade das práticas inclusivas.

Nesse sentido, a formação docente precisa ultrapassar o domínio técnico e metodológico, contemplando também dimensões éticas, humanas e relacionais. O professor inclusivo deve desenvolver sensibilidade para reconhecer potencialidades, escuta pedagógica, empatia e compromisso com os direitos humanos.

A perspectiva colaborativa emerge como elemento essencial para a consolidação da educação inclusiva. A inclusão não pode ser responsabilidade exclusiva de um único profissional; ela depende da articulação entre escola, família, comunidade e políticas públicas. O planejamento compartilhado entre professores regulares e

especializados favorece a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes e contextualizadas.

Além disso, a gestão democrática da escola desempenha papel decisivo na construção de ambientes inclusivos. Instituições comprometidas com a diversidade tendem a promover espaços de formação continuada, diálogo coletivo e participação ativa dos diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo.

Portanto, a educação inclusiva exige uma transformação paradigmática que ultrapassa adaptações técnicas e alcança mudanças culturais profundas. Trata-se de reconhecer que ensinar na diversidade não constitui exceção à prática docente, mas a própria essência do trabalho pedagógico contemporâneo.

5. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental acerca da formação docente e da educação inclusiva. O estudo baseia-se em legislações, políticas públicas e referenciais teóricos relacionados à inclusão escolar, além de discussões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Educação Matemática (GPEEM). A análise busca compreender os desafios e as possibilidades da formação docente na construção de práticas pedagógicas acessíveis, inclusivas e equitativas.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se que o presente estudo contribua significativamente para o aprofundamento das discussões acerca da formação docente e da efetivação da educação inclusiva no contexto escolar brasileiro,

especialmente ao evidenciar que a inclusão não depende apenas de legislações ou da matrícula de estudantes com deficiência no ensino regular, mas da construção de práticas pedagógicas capazes de garantir participação, aprendizagem e desenvolvimento pleno para todos os alunos.

Uma das contribuições esperadas é evidenciar a importância de uma formação docente voltada ao desenvolvimento de competências práticas para atuação em turmas inclusivas. O estudo também destaca estratégias flexíveis, adaptação de recursos e uso de tecnologias assistivas na construção de ambientes pedagógicos acessíveis.

Além disso, espera-se identificar e problematizar as principais barreiras que dificultam a efetivação da inclusão escolar. Entre elas, destacam-se as barreiras atitudinais, frequentemente associadas ao preconceito, à baixa expectativa em relação às capacidades dos estudantes com deficiência e à resistência às mudanças pedagógicas. Também se pretende discutir as barreiras pedagógicas, relacionadas à rigidez curricular, às metodologias padronizadas e à insuficiência de recursos acessíveis, bem como as barreiras institucionais, como a falta de apoio especializado, carência de formação continuada e ausência de políticas estruturadas de acompanhamento docente.

O estudo busca apontar estratégias pedagógicas para superar os desafios da inclusão escolar, destacando o uso de tecnologia assistiva, materiais acessíveis, metodologias ativas e os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Essas práticas ampliam a participação dos estudantes e contribuem para a melhoria da qualidade do ensino para toda a comunidade escolar.

Outra contribuição relevante refere-se ao fortalecimento da perspectiva colaborativa na educação inclusiva. O estudo pretende reforçar a necessidade de articulação entre professores da sala regular, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), equipe gestora, famílias e demais profissionais envolvidos no processo educativo. A inclusão escolar é compreendida, portanto, como responsabilidade coletiva, que exige diálogo, planejamento compartilhado e compromisso institucional com a diversidade humana.

No âmbito acadêmico e científico, espera-se que a pesquisa contribua para ampliar as reflexões sobre a formação docente na perspectiva inclusiva, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para futuras investigações na área da educação especial e da pedagogia inclusiva. O trabalho também poderá colaborar com grupos de pesquisa, programas de formação de professores e instituições de ensino interessadas na construção de práticas pedagógicas mais democráticas e acessíveis.

Por fim, o estudo busca oferecer contribuições para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas à educação inclusiva, especialmente no que se refere à valorização da formação inicial e continuada dos professores. Espera-se evidenciar que a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva depende de investimentos permanentes em formação docente, acessibilidade educacional, suporte institucional e desenvolvimento de políticas comprometidas com os princípios da equidade, da justiça social e dos direitos humanos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fundamentação teórica da formação docente para a educação inclusiva evidencia que a inclusão escolar constitui um processo histórico, político, pedagógico e ético em permanente construção. Os avanços legais conquistados nas últimas décadas representam importantes marcos na garantia do direito à educação, mas sua efetivação depende diretamente da reorganização das práticas escolares e da valorização da formação docente.

A escola inclusiva requer profissionais preparados para compreender a diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo, superando perspectivas homogeneizadoras e excludentes. Nesse contexto, abordagens como o Desenho Universal para a Aprendizagem, as metodologias ativas e a Tecnologia Assistiva revelam-se fundamentais para a construção de ambientes pedagógicos acessíveis e equitativos.

Entretanto, mais do que recursos metodológicos, a inclusão exige compromisso ético, sensibilidade humana e trabalho colaborativo. A transformação da cultura escolar passa pela superação das barreiras atitudinais e pela consolidação de práticas pedagógicas fundamentadas na crença de que todos os estudantes são capazes de aprender.

Assim, a formação docente para a educação inclusiva deve ser compreendida como processo contínuo de reflexão crítica, construção coletiva do conhecimento e defesa do direito universal à educação de qualidade para todos.

Cabe destacar que esta pesquisa apresenta algumas limitações, especialmente por se tratar de um estudo de natureza bibliográfica e documental, o que restringe a análise às produções teóricas e aos

documentos legais selecionados, sem a realização de investigação de campo junto a professores, estudantes ou instituições escolares. Além disso, a amplitude da temática da inclusão escolar impossibilita o aprofundamento em todas as especificidades relacionadas às diferentes deficiências, contextos educacionais e realidades regionais.

Diante disso, recomenda-se que pesquisas futuras desenvolvam estudos empíricos em escolas públicas e privadas, investigando as experiências e desafios vivenciados pelos docentes na implementação de práticas inclusivas. Sugere-se também a realização de estudos voltados à formação continuada, ao uso das tecnologias assistivas, às práticas pedagógicas inclusivas no ensino de diferentes áreas do conhecimento e à análise das políticas públicas educacionais em contextos específicos. Tais investigações poderão contribuir para o fortalecimento de estratégias educacionais mais acessíveis, democráticas e comprometidas com a garantia do direito à aprendizagem para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: 1996.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)*.

BRASIL. *Decreto nº 7.611/2011* — dispõe sobre educação especial e AEE.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, 2018.

BRASIL. *Decreto nº 12.773/2025* — atualização da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

CAST. *Universal Design for Learning Guidelines version 3.0*. Wakefield, MA: CAST, 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

NÓVOA, António. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PRIETO, Rosângela Gavioli. *Políticas de melhoria da escola pública para todos: tensões atuais*. Campinas: Autores Associados.

ROSE, David; MEYER, Anne. *Teaching Every Student in the Digital Age*. Alexandria: ASCD, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social*

¹ Psicopedagogo. Faculdade da Lapa- FAEL. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestre em Ensino. Psicopedagoga. Pedagoga - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Psicopedagogia. Faculdade Excelência. E-mail [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Mestrando em Matemática pelo Profmat. Universidade Federal do Pará. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-6928-8060>

⁵ Especialista em alfabetização para educandos com deficiência UFSCAR Campinas, SP, BR. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Esp. Em AEE. Faresa: Faculdade da Região Serrana. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

